



**DEMANDA
CONTÍNUA**
continuous demand

AS ORIENTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE ALUNOS SURDOS – ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ/PA

The guidelines for the specialized educational service of deaf students – a case study in the municipality of Jacundá/PA

Fábio da Silva Pereira ¹

RESUMO EM LIBRAS



RESUMO

O trabalho consiste em fazer uma análise das orientações fornecidas pelo governo sobre o funcionamento da educação de alunos surdos. Para tanto, parte de uma base histórica, norteando-se pelas vivências do pesquisador e de análises de alguns artigos que o MEC disponibiliza para orientação dos profissionais que atendem alunos surdos. Fazendo uma pesquisa de campo no município de Jacundá/PA, tem a intenção de avaliar como municípios semelhantes conseguem realizar esse atendimento.

Palavras-chave: Educação de Surdos. MEC. Alunos surdos.

¹ Trabalho de graduação (19/06/17), prof^a. orientadora Alessandra Christina Muniz de Oliveira; Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI; PED 0852.

ABSTRACT

This work consists in an analysis of the guidelines provided by the government on the functioning of the education of deaf students. To do so, begins from a historical approach, based on the experiences of the researcher, and goes on analyzing some articles that MEC provides for the guidance of professionals who serve deaf students. Doing a field survey in the municipality of Jacundá/PA, intends to evaluate how similar municipalities can perform this care.

Keywords: Deaf Education. MEC. Deaf students.

INTRODUÇÃO

Diante de vários questionamentos feitos sobre o atendimento educacional especializado para alunos surdos, esta pesquisa busca compreender como as orientações promovidas pelo MEC para os professores de alunos surdos têm sido aplicadas, com o objetivo de ofertar uma educação de qualidade para alunos surdos, uma vez que teremos disponíveis diferentes profissionais para atendê-los.

Buscou-se, portanto, reunir informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a aplicação das orientações promovidas pelo MEC têm refletido ou contribuído no atendimento educacional especializado para alunos surdos?

Para tanto, este projeto de pesquisa delimitou-se à coleta informações sobre de que forma a aplicação das orientações promovidas pelo MEC por meio de formação, fascículos e livros disponíveis para os professores de alunos surdos pode refletir ou contribuir para o atendimento educacional especializado para alunos surdos, tendo como referência o município de Jacundá/PA.

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar de que forma os professores de alunos surdos têm aplicado orientações

promovidas pelo MEC nas salas de recursos, com a finalidade de avaliar o benefício de tais orientações.

Por isso, o trabalho consiste no levantamento histórico da educação de surdos de forma geral, não detalhada, e da educação dos surdos no Brasil, examinando a modalidade de ensino que foi ofertado ao longo do tempo. E descreve em breve resumo como se deu a educação de surdos no município de Jacundá.

1. PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Para falarmos do atual modelo de educação de surdos aceito no Brasil, ou o modelo predominante, não podemos deixar de recorrer à história para analisarmos brevemente as diferentes abordagens ao longo dos anos. Contudo, é necessário reafirmar que se trata apenas de um breve desenvolvimento, tendo em vista que essa temática, a história da educação de surdos, é recorrente em artigos relacionado à surdez e não é o foco da atual pesquisa.

No decorrer de quase toda a Idade Média, a pessoa com surdez era vista como incapaz de aprender. Por isso, não frequentava as escolas, tinha direitos negados, tais como o de casar e o de receber heranças. Levando em conta que este período foi dominado em grande parte pela igreja católica, as pessoas consideravam de modo equivocado que a pessoa surda era pecaminosa, que o fato de ter nascido surda significava uma punição de Deus pelos pecados dos pais. Por este motivo, era desprezada ou marginalizada pela sociedade.

Contudo, no âmbito pedagógico, Lacerda afirma:

No início do século XVI se começa a admitir que os surdos podem aprender através de procedimentos pedagógicos sem que haja a interferências sobrenaturais. Surgem relatos de diversos pedagogos que se dispuseram a trabalhar com surdos, apresentando diferentes resultados obtidos com essa prática pedagógica. O propósito da educação dos surdos, então, era que estes pudessem desenvolver seu pensamento, adquirir conhecimento e se comunicar com o mundo

ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, mas a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos.

Observa-se que o surdo passa agora a ser um sujeito capaz, com possibilidade de aprender e pensar. Isso se torna uma conquista, ao fazermos uma comparação com os diretos negados aos surdos no século posterior. Mas ainda se vê que os objetivos educacionais estavam voltados para a “normalização” do surdo, pois consideravam essencial o ensinamento da língua falada, somente pela qual teria acesso garantido ao conhecimento.

A partir de então, diversos pedagogos criaram métodos diferentes para ensinar a língua falada de seu país para os surdos. Porém, assim como a educação geral, os únicos que tinham acesso a essa educação “especializada” eram os filhos de pais financeiramente bem-sucedidos, pois esses eram os únicos que tinham condição de contratar tais profissionais. Vale ressaltar que os métodos adotados não eram divulgados entre eles, nem mesmo registrados, mantendo o trabalho individualizado, ou seja, cada um tinha um método próprio. Aqueles que não tinham acesso a essa educação e que tinham a oportunidade de conviver, desenvolviam algum tipo de língua gestual entre si, um tipo de linguagem caseira. Com essa breve descrição histórica, podemos ver o surgimento de dois grupos que ainda hoje se mantêm pertinentes, o grupo dos oralistas² e o grupo dos gestualistas³.

No decorrer da história, a lacuna entre os oralistas e os gestualistas foi se tornando cada vez mais perceptível, embora dos séculos XVI ao XVIII se considerasse por unanimidade a educação baseada na língua falada. Mas essa lacuna foi tomando proporção maiores à medida que os gestualistas foram confirmando o desafio que os surdos sentiam ao tentar aprender a língua oral, e em muitos casos o aprendizado era insuficiente. Ao mesmo tempo, notou-se a capacidade de comunicação e acesso ao conhecimento e cultura por meio das línguas gestuais que os surdos desenvolviam. Diante dessas posições, configuraram-se, no final do século XVIII, duas orientações para a educação de surdos: o método oral e o método gestual.

² Oralista: grupo de pesquisadores que defendem apenas o ensino da língua oral para os surdos.

³ Gestualista: grupo de pesquisadores que defendem apenas o ensino da língua gestual.

Em 1880 realizou-se o II Congresso Internacional em Milão, na Itália, que tinha como objetivo debater sobre a educação de surdos, no intuito de se chegar a um consenso a respeito do melhor método a ser adotado. Tendo em vista que o congresso tinha sido organizado em sua maioria por defensores da oralização, o resultado não poderia ser outro: o método que deveria ser amplamente adotado passou a ser o da oralização. Lacerda afirma que as decisões tomadas nesse congresso fizeram com que “a linguagem gestual fosse praticamente banida como forma de comunicação, a ser utilizada por pessoas surdas no trabalho educacional”.

Embora os oralistas tivessem tentado eliminar o uso de gestos e de sinais, não o conseguiram. Durante longo período após o Congresso de Milão, não houve destaque na educação de surdos até 1960, quando se iniciam os estudos das línguas de sinais que as comunidades surdas foram desenvolvendo ao longo dos anos. Willian Stokoe foi um dos pesquisadores que mais teve destaque nesse período, pois ao pesquisar a Língua de Sinais Americanas (ASL), fez uma comparação da estrutura da língua de sinais com as estruturas da língua oral.

Em pouco tempo, suas pesquisas foram amplamente aceitas, devido ao descontentamento com a oralização, pois como dito anteriormente, esse método tem uma eficácia inferior à esperada. Contudo, o oralismo não foi abandonado repentinamente. Na medida que alguns educadores passaram a usar as duas metodologias ao mesmo tempo, o ensino da língua de sinais e do oralismo, surgiu um novo modelo, o da comunicação-total⁴, utilizada durante os 1970 e 1980.

À medida que os estudos da comunicação-total se tornavam abrangentes, conseqüentemente as pesquisas da língua de sinais se tornaram mais profundas. Com esses estudos sendo divulgados, o número de pessoas que defendia a língua de sinais aumentou. Logo surgiu outro modelo, o da chamada educação bilíngüe⁵, que se mostrou mais eficiente do que o da oralização e da comunicação total, e que tem sido defendido atualmente.

⁴ Comunicação-total: o uso da língua de sinais simultaneamente com a oralização, tanto por parte de surdos como por ouvintes.

⁵ Bilíngüe: consiste no ensino da língua de sinais como primeira língua, e da língua oral do país como segunda língua, sendo esta assegurada na forma escrita.

1.1 A educação de surdos no Brasil

No que tange à educação de surdos no Brasil, teve início, como diversos pesquisadores defendem, com a chegada do professor francês Eduard Huet. Na França, Huet foi professor e diretor do Instituto de Surdos de Bourges e emigrou para o Brasil em 1855. Segundo Castro & Calixto (2016). Veio ao Brasil com o “intuito de fundar uma escola de surdos, e foi movido pelo sentimento de solidariedade já que neste tempo não se tinha nenhuma ideia ou iniciativa pública voltada para educação dos surdos”.

Então, durante a regência do imperador D. Pedro II, foi fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (Figura 1), cujo nome atual é Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES), financiado pelo Governo Federal (Figura 2). O instituto teve e tem um papel marcante na história da educação de surdos no Brasil, tornando-se um centro de referência na área. A atuação de Huet ficou marcada, uma vez que adotou como método para a educação de alunos surdos brasileiros a língua de sinais e obteve resultados satisfatórios, tanto que começou a desenvolver o lexical da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A decisão tomada no Congresso de Milão em 1880, que pretendia eliminar o uso da língua de sinais, não teve efeito imediato no Brasil, especialmente no Instituto, porém o decreto de nº 9.198/1911 propôs a retomada do método oral puro em todas as disciplinas, adotando as medidas resultantes daquele histórico congresso. Dessa forma, o instituto fez uma transformação pedagógica ao eliminar o uso da língua de sinais das salas de aulas e ao tentar eliminá-las dos corredores. Não demorou muito para que os resultados aparecessem: em apenas três anos os profissionais do instituto se encontravam insatisfeitos com o método oral puro.

Mas, assim como o Congresso de Milão influenciou a educação de surdos aqui no Brasil, as pesquisas sobre a comunicação-total e o bilinguismo também tiveram efeitos no país. Com isso, hoje o método mais aceito na educação de surdos no Brasil também é o bilinguismo, em especial a partir do ano de 2002, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.436 em 24 de abril, que instituiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua oficial da comunidade surda e como o canal de

acesso à informação e ao conhecimento, ao mesmo tempo estabelecendo que a Língua Portuguesa não poderia ser menosprezada e deveria servir como segunda língua na sua modalidade escrita.

1.2 A educação de surdos no município de Jacundá/PA

De acordo com o que se tem registrado, até o ano 2008 o trabalho de inclusão de pessoas com necessidades especiais no município de Jacundá ocorria de forma limitada, devido à falta de recursos ou mesmo de informação. Isso pode ser afirmado pela carência de profissionais e de regulamentação nacional que norteasse o trabalho dos educadores quanto à inclusão de alunos alvo da educação especial. Por isso, durante anos todos os alunos com algum tipo de deficiência, quer auditiva, física ou mental, eram matriculados em uma única sala, gerando segregação por parte das escolas. Isso tornava impossível o desenvolvimento cognitivo daqueles alunos, já que não havia profissionais suficientes para atender as especificidades de cada um.

Lembrando de seu tempo escolar, um amigo surdo, o qual identificarei como ALUNO1, menciona que na adolescência estudou até a 5ª série, contudo não havia intérprete na sala de aula e os professores não conseguiam se comunicar com ele. A única coisa que fazia na escola era copiar as atividades do quadro, seu desenvolvimento era baixo e isso o incomodava, ele preferia pular o muro da escola para jogar bola e ficar sentado em uma cadeira sem entender nada; por isso, desistiu de estudar. Aos 32 anos, ele decidiu voltar a estudar, e na mesma escola da qual ele costumava fugir, isso porque agora havia intérprete de Libras na sala de aula, o que possibilitava que ele tivesse acesso às informações, segundo ele.

Este relato não foi o de um caso isolado, muito menos fictício, muitos outros alunos em anos anteriores ao de 2008 desistiam de estudar por não terem intérprete de Libras que possibilitasse o acesso à comunicação em sala de aula. Em outros casos, quando os pais tinham condição financeira, enviavam seus filhos surdos para a cidade vizinha, Marabá-PA, conhecida como cidade que tinha suporte para atender a esses alunos, pelo fato das escolas terem em seus quadros de funcionários professoras de Libras que se tornaram referência na região por atuarem na educação de surdos.

Temos de ressaltar que ao falarmos especificamente da educação dos surdos, o município de Jacundá só vem a ter um avanço significativo em 2010, com a contratação de um intérprete de Libras, e com a oferta do atendimento educacional especializado no contraturno. A rede municipal atendia naquele ano, conforme os dados coletados, 5 alunos surdos no Ensino Fundamental I, em séries e escolas diferentes. Isso tornava o trabalho do intérprete desafiador, pois ele não atendia os alunos diariamente, cada dia estava em uma escola, além de ter que dividir seu tempo para ministrar formação aos professores. Ou seja, o trabalho não era tão produtivo como esperado, contudo já marcava o início de avanços no município e na região.

Algo relevante na educação dos surdos do município de Jacundá, e que obviamente não pode ficar de fora do contexto histórico, está relacionado com as Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que em sua 10ª edição teve como aluno destaque o ALUNO1, premiado nacionalmente com uma medalha de bronze. Aquele aluno que antes tinha um desempenho insatisfatório, agora era um destaque para o município.

No decorrer desses sete anos que se passaram desde a contratação do primeiro intérprete até os dias de hoje, o número de matrículas de alunos surdos foi aumentando gradativamente. No ano de 2014 eram 15 alunos surdos no Ensino Fundamental I e II. Ao mesmo tempo, o número de intérpretes de Libras para atendê-los foi crescendo, havendo naquele mesmo ano cinco profissionais para atuarem na área. Hoje a rede municipal tem dez alunos surdos matriculados desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental e 5 alunos surdos no Ensino Médio da rede estadual, oriundos da educação oferecida pelo município. O quadro de profissionais que atende a esses alunos é composto de quatro intérpretes de Libras e de uma professora lotada na sala de recursos para atendê-los.

2. ORIENTAÇÕES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Os avanços da educação de surdos não foram ocorrendo de forma aleatória, e sim mediante normativas que o governo estabeleceu e orientações para os profissionais da educação especial. Mas

é necessário analisarmos como essas orientações têm sido aplicadas em municípios como o de Jacundá e sua viabilidade.

O primeiro ponto a dar destaque é o da educação bilíngue, pois como dito anteriormente a educação de surdos no Brasil tem sido pautada neste modelo, conforme expressa a Lei 10.436/02, que afirma:

Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras – a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. [...]

Art. 4o O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras –, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras – não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Ou seja, mediante a legislação se reconhece a Libras como a língua oficial da comunidade surda, que merece destaque nos cursos de graduação, e cuja difusão reflete sua importância. Mas ao mesmo tempo a lei afirma que é indispensável o uso da Língua Portuguesa por parte da comunidade surda em sua modalidade escrita. Assim sendo, a criança surda precisará rigorosamente passar pelo processo de aquisição de duas línguas com modalidades totalmente diferentes, enquanto uma é totalmente visual-espacial, a outra é oral-auditiva.

Mas diante da legislação surge a seguinte questão: como ensinar? Afinal de contas, alguns profissionais focavam seu trabalho

na oralização dos surdos, enquanto outros estavam apenas ensinando a língua de sinais. Mas a partir de 2002 teriam que ensinar ao mesmo tempo as duas línguas para o aluno, mesmo sem estarem profissionalmente preparados. Muito se tem dito que a educação especial de forma geral caiu como um paraquedas no colo de alguns professores, e foi isso que ocorreu no quesito da língua de sinais.

Diante de vários questionamentos quanto ao processo de ensino, o governo sanciona o decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02, no intuito de sanar as dúvidas pertinentes à Lei 10.436/02. Entre suas disposições, o decreto chama a atenção ao processo de inclusão da Libras como disciplina obrigatória em todos os cursos de licenciatura e a torna optativa para as demais graduações. Discorre sobre a formação do tradutor-intérprete de Libras, e sobre a garantia do direito da pessoa surda à educação e à saúde, além de:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

§ 1o Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no *caput*, as instituições federais de ensino devem:

I – promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II – ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III – prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e

d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos

Ao fazermos a leitura dessas orientações legais, ficamos impressionados com os avanços previstos. Porém, como na maioria das vezes em que as leis brasileiras são bonitas apenas no papel e não são colocadas em prática, não foi diferente em relação a esse decreto. Sem contar que sempre encontram nas leis um meio para não as aplicar. Por isso, podemos dizer que as necessidades existentes não foram sanadas em sua totalidade. Embora o decreto faça menção à formação em cursos superior de Libras, estipulando um prazo de 10 anos para o total cumprimento da lei, ainda hoje, 12 após sua publicação, analisa-se que estes cursos são escassos. E a oferta da Libras como disciplina obrigatória para as graduações ficou vaga, não se estabelecendo uma carga horária mínima ou a delimitação de quem seriam os profissionais aptos para atuar naquelas disciplinas.

Eram necessárias mais informações quanto ao trabalho a ser desenvolvido com as pessoas surdas. No ano de 2008, surgem no Brasil as salas de recursos, ou salas multifuncionais, que têm como objetivo proporcionar o atendimento educacional especializado (AEE) para alunos com deficiência. Obviamente os alunos surdos também estão incluídos nessa demanda a ser atendida pelas salas do AEE.

Para tanto, no ano de 2010 o MEC disponibilizou fascículos que orientavam como deveriam ser realizados esses atendimentos e enviou para cada sala de recursos aberta uma coleção desses fascículos. O município de Jacundá foi sendo contemplado com essas coleções à medida que eram implantadas novas salas de recursos na rede.

Um dos fascículos dessa coleção é intitulado: “Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez” (Figura 1). Como o próprio título do livro chama a atenção, seu objetivo é orientar sobre a prática de alfabetização nas duas línguas, tanto na visual-espacial como na oral-auditiva.

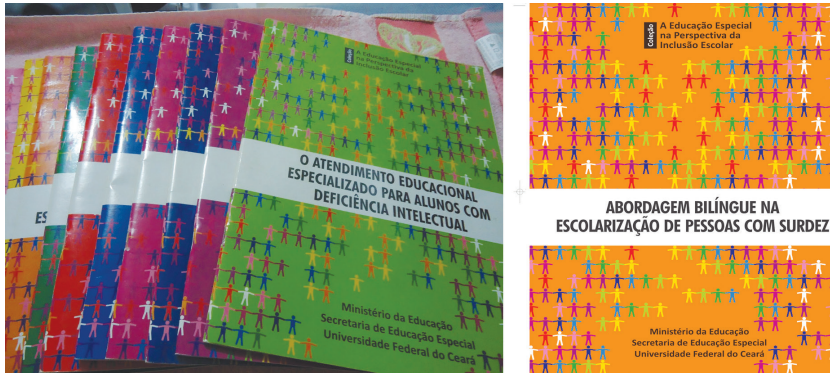


Figura 1 – Fascículos do MEC

O fascículo que aborda o atendimento educacional para alunos com surdez afirma:

Diante dessas concepções torna-se urgente repensar a educação escolar dos alunos com surdez, tirando o foco do confronto do uso desta ou daquela língua e buscar redimensionar a discussão acerca do fracasso escolar, situando-a no debate atual acerca da qualidade da educação escolar e das práticas pedagógicas. É preciso construir um campo de comunicação e de interação amplo, possibilitando que a língua de sinais e a língua portuguesa, preferencialmente à escrita, tenham lugares de destaque na escolarização dos alunos com surdez, mas que não sejam o centro do processo educacional. (BRASIL, 2010, p. 9).

Daquele momento em diante, segundo o MEC, a preocupação dos profissionais da educação não seria mais voltada para debater qual o melhor método a ser adotado, a oralidade ou a gestualidade, era o momento de avançarem as discussões e partirem para a prática, com o intuito de fortalecer os trabalhos e ofertar um ensino de qualidade.

Mas, que, ao distribuir esses fascículos, que hoje se encontram disponíveis para download no site do MEC, se estabelecesse um modelo aplicado até hoje em quase todo o território nacional, exceto em municípios contemplados com as escolas bilíngues, e que tem sido alvo de questionamento quanto à sua viabilidade.

O trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Um período adicional de horas diárias de estudo é indicado para a execução do Atendimento Educacional Especializado. Nele destacam-se três momentos didático-pedagógicos: Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum [...]. Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras [...]. Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa.

Portanto, de acordo com a descrição do fascículo, espera-se que o atendimento para alunos surdos seja realizado em três momentos distintos: no ensino da Libras, no ensino em Libras e no ensino da Língua Portuguesa na sua modalidade escrita.

Apenas ao citarmos os momentos em que se espera que ocorra, verificamos a necessidade de termos agora no mínimo 3 profissionais diferentes. As salas de recursos precisam ter em seu quadro de funcionários pelo menos um instrutor de Libras, preferencialmente surdo, um professor de Língua Portuguesa com especialidade de ensiná-la como L2 (Figura 1), e um interprete de Libras para fazer a comunicação do ensino em Libras (Figura 2).



Figura 2 – Ensino da Língua Portuguesa



Figura 3 – Ensino em Libras

Cerqueira (2013) ao fazer um estudo sobre as práticas de letramento dos surdos da região na perspectiva bilíngue, analisou como sendo inviável a aplicação desses três momentos nas salas de recursos como indicam as orientações, pois conforme a autora:

Estes três momentos orientados pelo MEC são seriamente comprometidos no modelo de AEE em SRM, pois o primeiro momento (ensino em Libras) é o momento em que o aluno traz para o espaço de AEE o conteúdo que ele copia na sala de aula comum e não compreende apenas cópia mesmo, para que o professor especialista interprete em Libras. Há duas situações já verificadas nas vivências da professora-pesquisadora como professora da educação especial, ou ocorre somente o primeiro momento, o que é muito comum no Ensino Médio; ou esse primeiro momento é totalmente excluído e ocorrem os dois últimos momentos (momento de ensino de Libras e momento de ensino de LP) com as características que vêm sendo discutidas neste trabalho, ou seja, uma mistura das duas línguas trabalhadas de forma entrecortada e descontextualizada.

Esse modelo de ensino estabelecido torna-se inviável na visão da autora justamente pela divisão do tempo. E outra coisa que impossibilita um bom trabalho é que muitas vezes o governo não tem oferecido subsídios necessários para a formação de intérpretes, como recursos suficientes para os municípios, e não estabeleceu as orientações do decreto 5.626/05 como um modelo obrigatório para os municípios.

Inclusão significa responsabilidade governamental (secretaria de educação, diretores de escola, professores), bem como significa reestruturação da escola que hoje existe de forma que ela se torne apta a dar respostas às necessidades educacionais especiais de todos seus alunos, inclusive dos surdos. (MEC, 2006, p. 12).

Analisa-se então que inclusão não significa meramente colocar os alunos em uma sala comum, fazem-se necessárias adaptações e a valorização das limitações e das potencialidades dos alunos com deficiência. É preciso dar subsídios para que os alunos tenham êxito em sua jornada escolar. Assim como não adianta apenas o governo propor orientações sobre como deve ocorrer o atendimento educacional especializado para alunos surdos, se não oferece recursos necessários para o atendimento.

Outra fonte utilizada de orientações sobre as atividades a serem desenvolvidas na educação de alunos surdos foram os livros produzidos pela pesquisadora Ronice Quadros – pesquisadora da UFSC que tem ganhado continuamente reconhecimento na comunidade surda por suas pesquisas –, como “Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica” volume 1 e 2. Esses livros também se encontram hoje disponíveis no site do MEC para download. Têm como objetivo mostrar metodologias ou atividades lúdicas que os professores podem adotar para ensinar a Língua Portuguesa para alunos com surdez.

Contudo, esses livros não supriram a carência de alguns profissionais, pois trazem em seu conteúdo atividades infantilizadas, assim muitas vezes os alunos surdos se encontravam em situação de distorção de idade/série. Ou seja, aqueles alunos que anteriormente haviam abandonado a escola e que voltavam na idade adulta para cursar o ensino na modalidade de jovens e adultos precisavam de adaptações metodológicas tanto pela idade como pela surdez. Assim, muitas das atividades propostas não podiam ser aplicadas por todos os profissionais da educação.

Havemos de concordar que os livros supracitados têm sua praticidade, porém o que acontece é que muitas vezes estamos aguardando uma receita pronta e acabada de como realizar as coisas. Por isso, ficamos frustrados quando nossas expectativas não

são supridas. As atividades propostas nos livros não são produzidas com a finalidade de serem simplesmente copiadas, afinal cada região tem uma realidade diferente e os alunos também têm características específicas.

2.1 As orientações para a educação de surdos e as salas de recursos de Jacundá/PA

Citamos brevemente algumas das orientações que o MEC forneceu para a educação de surdos, relativas ao atendimento educacional especializado, e à formação dos profissionais para atenderem a esses alunos. E afirmamos que muitas vezes é inviável a aplicação de algumas dessas sugestões.

No município de Jacundá, como citado anteriormente, há uma professora especializada em Libras para realizar o atendimento educacional especializado no contraturno dos alunos com surdez. A rede conta ao todo com 10 alunos com surdez matriculados na sala de recursos. Observa-se que esses alunos têm entre 8 e 30 anos de idade, cursando desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, uns oriundos de pais surdos, outros com uma criação oralizada. E a pergunta permanece a mesma: como uma professora pode fazer três atendimentos diferenciados para um grupo de 10 alunos tão distintos entre si?

Cada aluno tem um histórico diferente, uma personalidade, suas limitações e seus potenciais, e isso precisa ser levado em conta no atendimento desse aluno. Como previsto pelas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE – na educação básica, regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, é necessário considerar o plano individual de cada aluno. Além disso, é preciso desenvolver atividades que possam suprir as limitações do aluno.

Até o ano passado, devido à falta de recursos, o atendimento desses alunos era feito ao mesmo tempo, e por um único profissional, que até então era apenas um intérprete de Libras. Isso prejudicava ainda mais a qualidade de ensino ofertada, tudo isso por falta de recursos e formação adequada. Pois o intérprete não tinha a formação necessária para exercer as atividades exigidas, a sala

não tinha os materiais necessários e o intérprete não tinha o tempo suficiente para preparar as atividades individualizadas.

Hoje no município pode-se dizer que a educação de surdos avançou, com a locação dessa professora exclusivamente para a sala de recursos. Uma vez que ela tem mais tempo para preparar as atividades, já tem formação pedagógica e especialização na Libras. Mesmo assim, percebe-se que o trabalho que deveria ser realizado por uma equipe multidisciplinar fica concentrado em uma única pessoa. Embora tenha formação da língua visual-espacial, teria ela domínio da Língua Portuguesa para transmiti-lo em sua totalidade como L2 para surdos?

Em relação aos intérpretes de Libras que atentem aos alunos em sala de aula, conforme citado anteriormente, no quesito formação, nenhum deles concluiu o nível superior. Três dos intérpretes estão cursando Licenciatura em Letras-Libras e outro cursa Licenciatura em Química. Quase todos desenvolveram a fluência necessária para a atuação mediante a vivência com surdos, o que nos remete à historicidade da origem dos intérpretes.⁶

Embora a pesquisa seja dirigida em especial para a educação dos surdos em nível municipal, não podemos deixar de examinar a educação oferecida no Ensino Médio pela rede estadual, uma vez que os alunos surdos dessa unidade são oriundos da rede municipal. Caracterizando o suporte do atendimento para esses cinco alunos surdos, há no quadro da rede estadual do município de Jacundá uma professora na sala de recursos formada em licenciatura plena em Letras-Português, com especialização em Libras, que atua há mais de 7 anos na educação especial.

Os alunos surdos não têm acompanhamento de intérprete de Língua de Sinais na sala, isso impossibilita o acesso ao conhecimento, esses alunos se encontram na maioria das vezes atrasados em comparação com o resto da turma. A inclusão que deveria ocorrer para oferecer uma educação de qualidade a todos acaba não ocorrendo. Isso tem levantado questionamentos por parte dos alunos. Enquanto estavam no Ensino Fundamental, pela

⁶ Em resumo, os intérpretes surgiram com a intenção de algumas igrejas evangelizarem para as pessoas surdas e de familiares de pessoas surdas atuarem de modo informal na comunicação com a pessoa surda. À medida que os espaços escolares foram necessitando de intérpretes, essas pessoas que já tinha o hábito de fazer isso de modo informal foram emergindo para o âmbito educacional.

rede municipal, esses alunos tinham o suporte necessário para se desenvolver. E devido à falta desse suporte, alguns alunos já ficaram desanimados de continuar os estudos. Aqueles que ainda estão no Ensino Fundamental afirmam que não querem cursar o Ensino Médio justamente pela falta de intérprete.

Assim, no município de Jacundá, contabilizando a professora que atende os alunos da rede estadual, temos o seguinte quadro de funcionários:

Identificação	Função	Formação
Profissional 1	Intérprete de Libras	Nível Médio
Profissional 2	Intérprete de Libras	Nível Médio
Profissional 3	Intérprete de Libras	Nível Superior Incompleto
Profissional 4	Professora do AEE	Pedagogia+Especialização em Libras
Profissional 5	Professora do AEE	Letras+Especialização em Libras

Tabela 1 – Quadro de funcionários do município

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa, foi necessário o acesso às publicações fornecidas pelo MEC que se encontram disponíveis no site do governo. Bem como o acesso a conteúdos históricos da educação especial no município de Jacundá, disponíveis na própria secretaria de educação.

Foi realizado também um questionário online com os profissionais que atuam na educação especial do município, para levantar dados a respeito de suas opiniões quando à praticidade das orientações que têm norteado o trabalho dos educadores de alunos surdos, e também levantar dados sobre suas formações e sobre o tempo de atuação na educação especial.

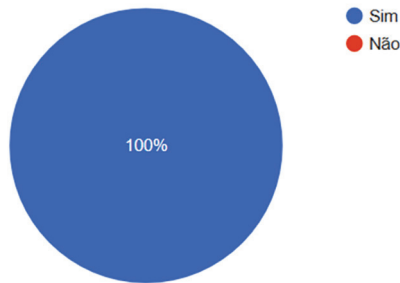
Além disso, levou-se em conta o conhecimento empírico do pesquisador/autor, uma vez que trabalhei durante quatro anos

na rede municipal de Jacundá como intérprete de Língua de Sinais, e posso avaliar como o município tem aplicado as orientações.

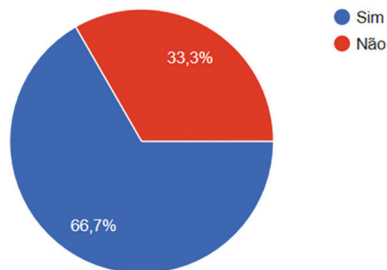
Diante dessas ferramentas, foram analisados de forma crítica as informações colhidas para que se pudesse produzir este material, zelando pela confiabilidade das informações. As tabelas que se encontram nesse material não foram alteradas, encontram-se da mesma forma que no documento original, as fotografias encontram-se em cada fascículo, por este motivo não se faz necessário os termos de autorização.

Algumas informações colhidas mediante aplicação de questionário online foram:

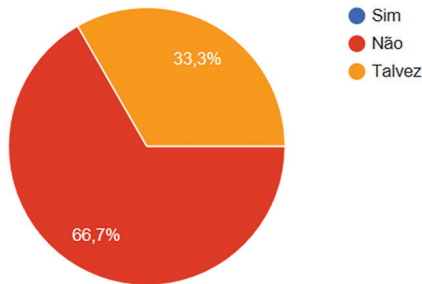
- Você considera o modelo de ensino orientado pelo MEC para as salas de recursos como sendo viáveis e práticas para o município de Jacundá?



- Você conhece o que são escolas bilíngues?



- Acredita ser possível instalar aqui no município o modelo de escola bilíngues?



4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É interessante notarmos que ao longo dos anos a educação dos alunos com surdez tem avançado gradativamente. Quando fazemos um retrocesso na linha do tempo observamos claramente a conquista dos direitos das pessoas com surdez. Anteriormente, elas eram marginalizadas pela sociedade, hoje se vê a preocupação em garantir os direitos igualitários a todos os cidadãos.

No que tange à educação, é ainda mais notável esse avanço. Os surdos passaram a ter sua língua valorizada e respeitada. Passou a ser o seu canal de comunicação oficial, meio pelo qual têm acesso à informação e ao conhecimento, ainda que tenham que sujeitar-se à língua majoritária de seu país, e para isso tenham que ter uma educação bilíngue.

Analisamos também que o Ministério da Educação tenta suprir as necessidades dos professores ao produzir normativas, fascículos e livros. E que infelizmente nem sempre funcionam ou sanam os anseios por informação de alguns profissionais.

Para tanto, precisamos neste momento, de parar um pouco e discutir um assunto de grande relevância ao tratamos das orientações que recebemos. É pertinente falarmos da formação desses profissionais, afinal, de nada adianta termos no quadro servidores para atuar em determinada área se os mesmos não estiverem qualificados para exercer suas funções.

Falamos lá no início sobre o decreto 5.626 que discorre sobre a formação dos intérpretes e que essa deveria ocorrer em 1 ano no nível superior. Contudo o que vemos infelizmente, é que poucos hoje são os cursos de Bacharel em tradução e interpretação em Libras. Para sermos mais específicos, podemos afirmar que na região norte do Brasil não se tem a oferta desse curso em nenhuma universidade pública, especialmente em nossa região. Isso torna mais inviável ainda a aplicação das orientações do próprio governo, pois como elas tratam da necessidade de nos profissionalizarmos se ele não oferta curso para estes fins?

Sabemos que aos poucos têm chegado à região cursos relacionados à educação de surdos. Por exemplo: a UFPA, UFRA e UEPA em Belém tem ofertado graduação em Letras-Libras, e recentemente em nossa região foi aberto o mesmo curso na UEPA do campus de Marabá. Porém, precisamos ressaltar que se trata de um curso de Licenciatura Plena que não dará a seus formandos o título de intérprete de Libras para atuar no nível superior, ou nas salas de recursos, embora eles possam fazê-lo.

Também, ao mencionarmos a formação precisamos voltar no que diz respeito à obrigatoriedade da Libras na grade curricular dos cursos de licenciaturas. Por estarmos na reta final de nossa graduação, também tivemos a disciplina de Libras. Mas o que aprendemos nessa aula? Como ela nos ajudará no exercício de nossas funções? Muitos profissionais têm questionando a qualidade das disciplinas de Libras ofertadas pelas universidades. Diante de nossa vivência na universidade, observamos que os tempos das aulas foram curtos, o que não nos possibilitou aquisição mínima da língua. O profissional que ministrou a disciplina de Libras não era fluente, no máximo reproduzia o que estava contido no caderno de estudo, realmente colocando em questionamento a qualidade das disciplinas oferecidas, pois como sabemos isso não será uma realidade nessa instituição.

Os professores também questionam a falta de formação continuada. Sabemos que um dos papéis das universidades está relacionado com o suporte à necessidade da comunidade à sua volta. Já faz alguns anos que as universidades em nossa região não ofertam curso de capacitação para os profissionais. Isso muitas das vezes é consequência da falta de valorização dos formadores, que em determinadas situações não recebem nada para o fazerem, e que

em outras vezes sentem-se desestimulados pela falta de participação dos colegas, que em geral reclamam de não terem formação, mas quando esta é ofertada não estão dispostos a frequentá-la.

E são essas algumas das dificuldades que fazem parte da realidade no município de Jacundá. Os intérpretes que atuam em salas de aulas são pessoas com formação do Ensino Médio que aprenderam Libras em seu cotidiano e foram para a sala de aula devido à falta de pessoas formadas na área. E isso coloca o trabalho e a educação dos seus alunos em xeque.

Os professores da sala de recursos também precisam de formação continuada para poderem fazer seu trabalho da melhor forma possível. Também é necessário que seja contratado mais de um profissional para atuar na sala. Como já dito anteriormente, é preciso um professor de Língua Portuguesa que domine seu ensino na forma de língua estrangeira, pois serão essas as metodologias a serem adotadas com os alunos surdos.

Ao fazer a coleta de dados para a pesquisa mediante questionário, algo que se tornou relevante foi o comentário de uma professora que atua na sala de recursos e que atende os alunos do Ensino Médio. Ela menciona que ainda sente falta de clareza em relação a como ensinar a Língua Portuguesa na sua forma escrita para os alunos surdos. Que existe um desafio quanto às aquisições linguísticas dos alunos surdos devido ao apoio da família na escola. Mas mesmo assim essa professora considera que seja viável o modelo de ensino por meio do AEE.

O tempo do atendimento também é outro fator a ser considerado, e é algo que o MEC não estabeleceu. Pois devemos nos preocupar com a rotina daquele aluno. Ele irá passar o dia inteiro na escola? Como definir os momentos para cada atendimento? Infelizmente, o que tem se visto no município de Jacundá é que alguns alunos não conseguem estar nos atendimentos conforme o estabelecido e há dificuldade de estabelecer horários que supram a necessidade da sala.

No referido município onde foi realizada a pesquisa, observou-se que este tem sido um tema recorrente de discussão. Pois alguns alunos, em especial as crianças, não querem passar o dia inteiro na escola, eles querem ficar juntos com os vizinhos, brincando, faltam estímulos para que eles sejam frequentes na escola. E aqueles que são adultos muitas vezes precisam trabalhar,

dificultando o acesso à sala de recursos. Uma das alunas falta um dia de trabalho para participar das atividades.

E ao falarmos sobre o atendimento é interessante notar o que Cerqueira (2013) afirma sobre o funcionamento de um plano de ensino bilíngue:

Se elaborado e aplicado por profissional que tenha habilidade com a Libras em nível além do básico, para poder interagir com o surdo dialogando sobre o que está sendo ensinado, tirando dúvidas, apresentando atividades desafiadoras para compreensão do contexto em Libras. O profissional em questão, se não tiver ainda, deve estar buscando se aperfeiçoar para ter o domínio completo da língua do surdo, do contrário, o trabalho com um plano de ensino bilíngue não apresentará o resultado esperado. Portanto, o mínimo necessário para o sucesso do ensino de surdos em uma perspectiva bilíngue é o professor ter essa habilidade com a Libras e a disposição para planejar, seguir o planejamento e aplicação das etapas, não desistindo para ir pelo caminho que parece mais fácil que é o de aplicar atividades soltas, descontextualizadas, copiadas da internet.

A autora reafirma a já citada necessidade de uma qualificação, da conscientização para fazer um trabalho diferenciado e do uso do tempo de fazer além de cópias de atividade retiradas da internet. O que se vê ainda em muitos lugares, e o que se torna até uma realidade no município de Jacundá, sendo usado de forma contínua nos atendimentos e o que sabemos, não terá o efeito positivo que se espera por não levar em conta as especificidades do aluno.

5 CONCLUSÃO

No decorrer das produções acadêmicas sempre reafirmei a necessidade de uma pesquisa mais ampla na área da educação inclusiva, que tem dado avanços, em especial no que diz respeito à educação de surdos, como já abordado. Mas, ainda assim, é necessário aumentarmos as discussões sobre essa área, pois vemos que ainda existe muito o que melhorar.

Realmente, hoje não precisamos perder tempo debatendo sobre qual será o melhor método a ser adotado, mas sim partimos para a ação. Precisamos reconhecer que o que está em jogo é o futuro de uma criança. Avaliar nossas práticas é fundamental para melhorarmos nosso trabalho.

É nítida a necessidade de buscarmos mais qualificação para oferecermos uma educação de qualidade para os nossos alunos. Assim, como também precisamos estar dispostos a lutar pela melhoria das condições dos trabalhos. Como citado no decorrer da pesquisa, um professor às vezes precisa atender a 10 ou 13 alunos surdos e fazer um atendimento especializado para cada um deles.

Isso exige de nós uma educação de qualidade; quando o aluno não rende o efeito esperado somos duramente criticados, em especial pelos governos. Porém os mesmo estabelecem metas ou modelos para seguirmos e muitas vezes não nos disponibilizam o essencial para nossas atividades, como tempo e formação.

O trabalho não busca avaliar o desempenho do município pois, como analisado no decorrer do artigo, não usamos dados para falar do número de alunos que são ou não alfabetizados, e também não procuramos jogar a culpa em determinado órgãos. O que se procura é informar sobre as práticas desenvolvidas no município de Jacundá/PA, para que possamos fazer um paralelo com outros municípios.

Por exemplo, sabemos que existem as orientações, elas não são aplicadas em sua totalidade no município, pois ainda vemos que faltam mais profissionais para fazer o atendimento especializado dos alunos surdos, como um professor de Língua Portuguesa para o ensino da L2. Mas mesmo assim, sabemos que o município tem se tornado um modelo para as cidades vizinhas, muitas das quais não têm em seu quadro intérpretes de Libras para acompanhar os alunos surdos em sala de aula, os quais ficam sem acesso ao conhecimento. Se então fazermos um paralelo das atividades do município podemos analisar que existem cidades em situações mais críticas comparadas com o referido município pesquisado.

Ao mesmo tempo, é necessário refletir que nossa região é carente de formação tanto no nível superior quanto no nível de formação continuada, mas não podemos nos acomodar, precisamos

buscar as formações necessárias para exercer nossas funções. E, reafirmo, precisamos buscarmos melhorias dos trabalhos.

O campo da educação especial tem sido bastante explorado nos últimos anos, mas mesmo assim, é necessário que venhamos a pesquisar mais profundamente as práticas desenvolvidas. Precisamos também teorizar nossas práticas diárias, para que possam não ser copiadas por outros, mas servir de inspiração para que outros se esforcem em ofertar um ensino de qualidade.

Portanto, continuarei a reafirmar que precisamos continuar avançando na educação dos surdos, que as orientações precisam ser aplicadas para termos resultados, mas que o governo também deve possibilitar os subsídios necessários para a aplicação das mesmas.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J. de P.; DAMÁZIO, M. M. *A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez*. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com Surdez. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

_____. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 5 jun. de 2017.

_____. Ministério da Educação. *Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. *Lei 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm> Acesso em: 5 jun. 2017.

LIMA, D. M. C. de A. *Dificuldades de comunicação e sinalização Surdez*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SILVA, F. M. C. da. *Práticas de letramento de alunos com surdez na perspectiva bilíngue em espaços de AEE*. Araguaína/TO. UFT, 2015. Disponível em: <http://docs.uft.edu.br/share/s/fwJ5_bc5SWejUTw8WpD4Fg>.

